



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0535/15.

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA
3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E
ECONOMIA E DA 7ª COMISSÃO DE ADM., SEG. REL. DO
TRABALHO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E DEFESA DO
CONSUMIDOR.

Processo nº - 002378/15

Relator: Deputado Edval Jacinto Filho.

Encaminhado através da Mensagem Governamental nº 49/2015, encontra-se nesta Comissão, para receber parecer, o Projeto de Lei nº 159/15, que “Altera a Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, que institui o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000”.

A matéria propõe alterações na Lei Estadual nº 6.558, de 30 de dezembro de 2004, visando ao incremento da arrecadação das receitas destinadas ao FECOEP e maior investimento em programas de relevante interesse social que priorizem a redução da pobreza, da marginalização, bem como a melhoria dos índices de educação e saúde do povo alagoano.

Para tanto, são propostas alterações de forma a especificar as mercadorias sobre as quais incide a alíquota do imposto e incluir novas hipóteses de incidência do adicional de 2,0% (dois por cento), observando todas as disposições constitucionais relativas ao princípio da seletividade do ICMS para dosar a sua incidência de acordo com a essencialidade do produto, aplicando o adicional do ICMS para as mercadorias supérfluas, as que estimulem a violência infantil, dentre outras.

1. 100


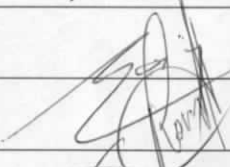
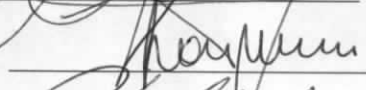

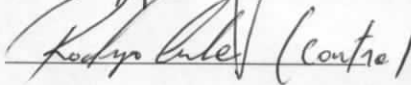
A

Também, foi acrescido o art. 2º-A para criar o adicional de alíquota 1,0% (um por cento) do referido tributo para as hipóteses de operações com artigos e serviços não incluídos na alíquota de 2,0% (dois por cento) em que hajam prestações sujeitas à alíquota interna, inclusive para fins do cálculo do ICMS devido por substituição tributária.

Por considerar que a proposição em exame respeita a boa técnica legislativa e contempla os requisitos essenciais de juridicidade e constitucionalidade, somos de parecer é favorável a sua aprovação, com a emenda em anexo.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADUAL, em Maceió, 7 de outubro de 2015.

| | | |
|---|------------|---|
|  | PRESIDENTE |  |
|  | RELATOR |  |
|  | |  (contra) |
| | | |
| | | |



**ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL**


EMENDA MODIFICATIVA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 159/2015


O art. 3º do Projeto de Lei nº 159/2015 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2016, exceto as disposições que necessitam de observância da vigência do prazo de noventa dias após a sua publicação.

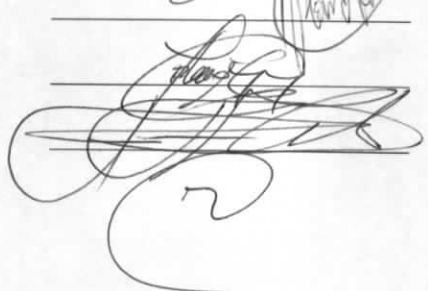
**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
ESTADUAL, em Maceió, 7 de Outubro de 2015.**



Presidente



Relator



2